

Município de : QUINZE DE NOVENBRO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018

TABELA 01 - Parâmetros Utilizados nas Estimativas das Receitas e Despesas

Indicador	2015	2016	2017	2018	2019	2020
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (I P C A)	10,67%	6,29%	3,61%	4,29%	4,33%	4,29%
VARIAÇÃO DO PIB	-3,80%	-3,60%	0,34%	2,03%	2,51%	2,49%
CRESCIMENTO VEGETATIVO DA FOLHA SALARIAL	-8,62%	0,66%	-2,00%	-3,32%	-1,55%	-2,29%
CRESCIMENTO AUTÔNOMO DE OUTROS CUSTEIOS	-5,06%	11,57%	36,48%	14,33%	20,79%	23,87%
ESFORÇO NA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA	1,46%	25,50%	5,57%	10,85%	13,97%	10,13%
CRESC.REAL DAS TRANSFER CORR DA UNIAO	-3,97%	13,55%	10,13%	6,57%	10,08%	8,93%
CRESC.REAL DAS TRANSFER CORR DO ESTADO	-4,11%	2,97%	9,42%	2,76%	5,05%	5,74%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - EXECUTVO	9,00%	11,60%	7,00%	5,00%	5,00%	7,00%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - LEGISLATIVO	9,00%	11,60%	7,00%	5,00%	6,00%	7,00%
CRESCIMENTO DOS INVESTIMENTOS	-54,42%	8,40%	6,40%	-13,21%	0,53%	-2,09%
Taxa de Juros Selic (Média do Ano)	14,25%	13,75%	10,21%	8,26%	8,44%	8,41%
PIB / RS (em R\$ milhões)	375.094	380.449	450.366	474.557	511.885	553.008

Os parâmetros acima foram utilizados para as projeções de receitas e despesas, bem como para os cálculos em valores correntes e constantes, de acordo com sua pertinência, ou não com as origem/espécie/rubrica de receita e/ou grupo de natureza de despesa.

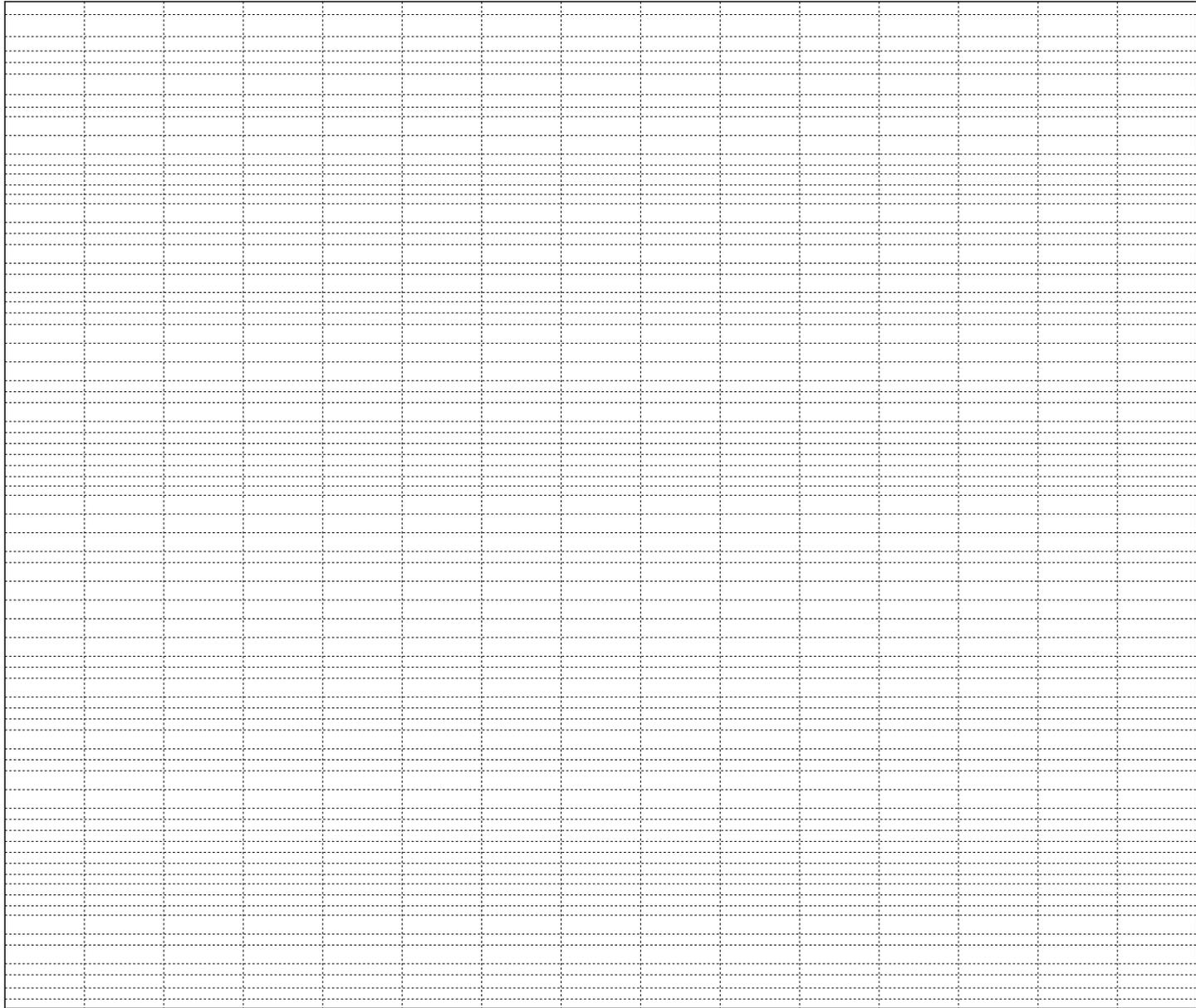
tipo de : QUINZE DE NOVEMBRO

TRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018

e Cálculo das Estimativas das Receitas

Valores em R\$ 1,00

ARRECADADA	ARRECADADA	REESTIMADO	PROJETADO	PROJETADO	PROJETADO
2015	2016	2017	2018	2019	2020
20.126.225,00	22.862.910,00	25.730.000,00	27.815.527,80	31.184.079,40	34.785.397,26
1.168.088,00	1.497.389,00	1.640.000,00	1.838.773,63	2.186.461,80	2.511.275,06
309.721,00	374.097,00	400.000,00	463.906,87	551.625,63	633.573,24
50.000,00	64.087,00	70.000,00	78.625,07	93.492,04	107.380,90
645.743,00	896.827,00	1.000.000,00	1.083.937,48	1.288.895,96	1.480.369,92
162.624,00	160.379,00	170.000,00	212.304,21	252.448,17	289.951,01
486.667,00	534.986,00	640.000,00	651.511,43	782.164,48	764.406,72
429.849,00	502.976,00	600.000,00	599.746,47	646.802,54	705.234,10
429.849,00	502.976,00	600.000,00	599.746,47	646.802,54	705.234,10
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
56.818,00	32.010,00	40.000,00	51.764,96	55.361,04	59.174,62
1.045.783,00	1.818.610,00	2.270.000,00	1.996.659,61	2.135.401,16	2.282.462,41
1.045.783,00	1.818.610,00	2.270.000,00	1.996.659,61	2.135.401,16	2.282.462,41
68.838,00	191.562,00	200.000,00	178.082,81	190.457,22	203.573,66
89.036,00	61.981,00	70.000,00	88.424,23	94.568,55	101.081,31
887.909,00	1.565.067,00	2.000.000,00	1.730.152,57	1.850.375,39	1.977.807,43
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
555.163,00	598.324,00	-	473.701,71	506.617,74	541.507,60
16.372.843,00	16.194.779,00	20.795.000,00	22.387.120,98	25.165.419,76	28.176.793,20
8.151.813,00	9.475.346,00	10.810.000,00	11.632.061,99	13.256.995,59	14.965.201,21
6.353.304,00	7.344.964,00	8.500.000,00	9.127.987,20	10.483.521,63	11.909.333,97
278.588,00	302.359,00	350.000,00	383.492,81	440.442,69	500.345,13
75.194,00	212.728,00	250.000,00	216.703,34	248.884,46	282.734,01
29.536,00	44.526,00	50.000,00	50.694,43	58.222,72	66.141,30
646.760,00	659.323,00	700.000,00	829.712,86	952.927,80	1.082.530,83
310.212,00	378.664,00	400.000,00	420.473,15	438.679,64	457.498,99
96.265,00	145.399,00	150.000,00	150.478,01	156.993,71	163.728,74
290.363,00	281.909,00	300.000,00	339.003,56	353.682,42	368.855,39
39.766,00	37.379,00	40.000,00	48.559,15	55.770,34	63.355,39
31.825,00	68.595,00	70.000,00	64.957,45	67.770,11	70.677,45
6.248.314,00	6.692.269,00	7.485.000,00	8.077.870,06	8.833.764,45	9.718.649,19
5.534.604,00	5.752.584,00	6.500.000,00	7.078.562,49	7.758.131,72	8.555.694,27
384.472,00	415.332,00	500.000,00	515.847,47	565.370,81	623.492,87
106.597,00	67.936,00	70.000,00	99.045,35	108.554,09	119.713,82
4.433,00	12.231,00	15.000,00	12.293,64	13.473,88	14.859,04
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
107.843,00	184.186,00	200.000,00	188.241,76	196.392,63	204.817,87
110.365,00	170.000,00	200.000,00	183.879,35	191.841,33	200.071,32
-	-	-	-	-	-
1.972.716,00	2.026.664,00	2.500.000,00	2.677.188,94	3.074.759,80	3.492.942,80
-	-	-	-	-	-
487.681,00	308.622,00	385.000,00	467.760,43	488.614,46	508.950,28
275.865,00	172.634,00	200.000,00	255.007,99	266.049,84	277.463,37
33.216,00	31.736,00	35.000,00	38.829,36	40.510,67	42.248,58
188.600,00	104.452,00	150.000,00	173.923,09	181.453,96	189.238,33
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
188.600,00	104.452,00	150.000,00	173.923,09	181.453,96	189.238,33
338.082,00	1.263.744,00	427.000,00	522.074,82	556.806,40	593.553,45
-	700.000,00	-	-	-	-
45.250,00	-	100.000,00	55.190,14	57.579,87	60.050,05



22.1.0.0.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis	28.557,00
22.2.0.0.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis	
23.0.0.0.0.0.00.00.00	Amortização de Empréstimos	20.340,00
24.0.0.0.0.0.00.00.00	Transferências de Capital	684.591,00
24.1.0.0.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	662.614,00
24.2.0.0.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	15.000,00
24.3.0.0.0.0.00.00.00	Transferências dos Municípios e de suas Entidades	
24.4.0.0.0.0.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	6.977,00
24.5.0.0.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas	
24.6.0.0.0.0.00.00.00	Transferências do Exterior	
24.7.0.0.0.0.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas	
29.0.0.0.0.0.00.00.00	Outras Receitas de Capital	3.072,00
29.9.0.0.1.1.01.00.00	Outras Receitas Diretamente Arrecadadas pelo RPPS - Principal	
29.9.0.0.1.1.02.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	3.072,00
7.0.0.0.0.0.00.00.00	Receitas Correntes Intraorçamentárias - RPPS	517.325,00
8.0.0.0.0.0.00.00.00	Receitas de Capital Intraorçamentárias	
9.0.0.0.0.0.0.00.00	(R) Deduções da Receita	2.519.335,00
9.1.0.0.0.0.0.00.00	Deduções da Receita de Impostos	
9.1.7.0.0.0.0.00.00	Deduções para o FUNDEB	(2.455.564,00)
9.1.0.0.0.0.0.00.00	Demais Deduções da Receita Corrente	(63.771,00)
9.2.0.0.0.0.0.00.00	Demais Deduções da Receita de Capital	
	TOTAL DA RECEITA	17.617.954,00

CONTAS		REALIZADA
CONSOLIDADAS ANUAIS		2014
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	14.682.478,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.147.308,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal - Executivo / Indiretas	7.239.532,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal - Legislativo	426.195,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal do R P P S	481.581,00
3.2.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-
3.2.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida - Executivo / Indiretas	
3.2.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida - Legislativo	
3.2.00.00.00.00	Juros e encargos da Dívida RPPS	
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.535.170,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Executivo	6.347.724,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Legislativo	170.446,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes RPPS	17.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.962.657,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.874.009,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos - Executivo / Indiretas	1.860.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos - Legislativo	14.009,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos RPPS	
4.5.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	13.517,00
4.5.90.66.00.00	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	
4.5.90.99.00.00	Outras Inversões Financeiras - Executivo / Indiretas	13.517,00
4.5.90.99.00.00	Outras Inversões Financeiras - Legislativo	
4.6.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	75.131,00
4.6.00.00.00.00	Amortização da Dívida - Executivo / Indiretas	75.131,00
4.6.00.00.00.00	Amortização da Dívida - Legislativo	
4.6.00.00.00.00	Amortização da Dívida - RPPS	
9.9.99.99.99.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
9.9.99.99.99.02	RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS	
	TOTAL DA DESPESA	16.645.135,00

Município de : QUINZE DE NOVENBRO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018
Estimativas para a Receita Corrente Líquida
Apuração Conforme a Instrução Normativa nº 19/2016, do TCE/RS

ESPECIFICAÇÃO	2016	2017	2018	2019	2020
I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intraorçamentárias)	22.862.910,00	25.730.000,00	27.815.527,80	31.184.079,40	34.785.397,26
II - DEDUÇÕES	5.554.854,20	6.227.000,00	6.613.256,17	7.320.340,34	8.079.636,86
I R R F s/Rendimentos do Trabalho	438.184,00	470.000,00	542.531,94	645.117,67	740.954,14
Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio	502.976,00	600.000,00	599.746,47	646.802,54	705.234,10
Compensação Financeira entre Regimes	-	-	-	-	-
Rendimentos de Aplicações de Rec.Previdenciários	1.565.067,00	2.000.000,00	1.730.152,57	1.850.375,39	1.977.807,43
Deduções da Receita Corrente	3.048.627,20	3.157.000,00	3.740.825,19	4.178.044,73	4.655.641,19
III - (+) Ajuste Perdas com o Fundeb	705.880,20	632.000,00	706.950,28	731.154,46	774.603,53
IV - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II+III)	18.013.936,00	20.135.000,00	21.909.221,91	24.594.893,52	27.480.363,93

Município de : QUINZE DE NOVENBRO
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2018
Estimativa de Limites de Gastos com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo para o período de 2018 a 2021

PODER EXECUTIVO	2018	2019	2020
Limite Máximo Legal - 54 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	11.830.979,83	13.281.242,50	14.839.396,52
Limite Prudencial - 51,30 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	11.239.430,84	12.617.180,38	14.097.426,70
Limite de Alerta - 48,60 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	10.647.881,85	11.953.118,25	13.355.456,87

PODER LEGISLATIVO	2018	2019	2020
Limite Máximo Legal - 6 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	1.314.553,31	1.475.693,61	1.648.821,84
Limite Prudencial - 5,70 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	1.248.825,65	1.401.908,93	1.566.380,74
Limite de Alerta - 5,40 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	1.183.097,98	1.328.124,25	1.483.939,65

O objetivo do demonstrativo é evidenciar, com base na Receita Corrente Líquida prevista, os limites Legal, Prudencial e de Alerta para as Despesas com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo:

a) quando as despesas com pessoal superarem, respectivamente, 48,60% e 5,40% da RCL no Poder Executivo e Legislativo; caberá a emissão do alerta de que trata o inciso II do § 1º do artigo 59;

b) o limite prudencial corresponde a 51,30% e 5,70% da RCL, respectivamente no Executivo e Legislativo. Quando superado, e de acordo com o estipulado no parágrafo único do artigo 22 c/c alínea "a" do inciso III do artigo 20, ambos da LRF, e coloca o respectivo poder ao alcance das seguintes vedações:

I - concessão de vantagem; aumento; reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título; salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual; ressalvada a revisão prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público; admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do artigo 57 da Constituição e as situações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

c) Já quando superado o limite legal, de 6% no Legislativo e de 54% no caso do Executivo, além das vedações previstas no parágrafo único do art. 22 da LRF, o Poder que houver incidido no excesso deverá adotar providências para a eliminação do percentual excedente no prazo e condições estabelecidas nos §§ 1º e 2º e do caput do artigo 23, e o Município sujeito às restrições dos §§ 3º e 4º do mesmo artigo, todos da LRF.

Município de : QUINZE DE NOVEMBRO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018
 TABELA 02 - Demonstrativo da Evolução da Dívida Consolidada Líquida e Resultado Nominal - Exceto RPPS

Exercício	2.015	2.016	2.017	2.018	2.019	2.020
	Saldo	Saldo	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão
(1) Dívida Consolidada - Exceto RPPS	-	700.000,00	700.000,00	631.755,99	553.553,61	462.942,56
(2) Disponibilidades Financeiras (Líquidas)	500.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	833.333,33	944.444,44	925.925,93
(3) Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	(201.577,35)	(390.890,84)	(462.983,37)
(4) Passivos Reconhecidos				#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
(5) Dívida Fiscal Líquida	-	-	-	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
(6) Resultado Nominal		-	-	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!

Cronograma Anual de Operações Realizadas e do Serviço da Dívida

Valores em R\$

Operações de Crédito / Pagamentos	2.015	2.016	2.017	2.018	2.019	2.020
	Realizado	Realizado	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão
2.1 - Operações de Crédito	-	700.000,00	-	-	-	-
2.2 Encargos - Exceto RPPS	-	-	-	-	-	-
2.3 Amortizações - Exceto RPPS	-	-	350.000,00	126.064,01	131.522,59	137.164,90

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

Dívida Pública Consolidada – É o montante total apurado:

- das obrigações financeiras do Município, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados;
- das obrigações financeiras do Município, assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento;
- dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

Dívida Consolidada Líquida – DCL – Corresponde à dívida pública consolidada menos as deduções, que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Resultado Nominal – Representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior.

Município de : QUINZE DE NOVEMBRO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS - CONSOLIDADO
 EXERCÍCIO DE 2018

ESPECIFICAÇÃO	2018				2019				2020			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB	% RCL	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB	% RCL	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB	% RCL
			(a / PIB) x 100	(a /RCL) x 100			(b / PIB) x 100	(B /RCL) x 100			(c / PIB) x 100	(b /RCL) x 100
Receita Total	25.563.382,95	24.511.825,63	0,005%	116,68%	26.290.232,43	26.290.232,43	0,006%	116,31%	31.859.928,42	28.076.971,00	0,000%	115,94%
Receitas Primárias (I)	23.507.931,74	22.540.926,01	0,005%	107,30%	24.271.278,20	24.271.278,20	0,005%	107,37%	29.513.497,36	26.009.148,50	0,000%	107,40%
Despesa Total	25.563.382,95	24.511.825,63	0,005%	116,68%	26.290.232,43	26.290.232,43	0,006%	116,31%	31.859.928,42	28.076.971,00	0,000%	115,94%
Despesas Primárias (II)	25.437.318,94	24.390.947,30	0,005%	116,10%	26.169.354,10	26.169.354,10	0,006%	115,77%	31.722.763,52	27.956.092,67	0,000%	115,44%
Resultado Primário (I - II)	1.929.387,20	1.850.021,28	0,000%	-8,61%	2.065.215,85	-1.898.075,90	0,000%	-8,40%	2.209.266,15	1.946.944,17	0,000%	-8,04%
Resultado Nominal	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Dívida Pública Consolidada	631.755,99	605.788,52	0,000%	2,88%	553.553,61	508.753,97	0,000%	2,25%	462.942,56	407.974,07	0,000%	1,68%
Dívida Consolidada Líquida	201.577,35	193.285,40	0,000%	-0,92%	390.890,84	359.255,66	0,000%	-1,59%	462.983,37	408.010,04	0,000%	-1,68%
Receitas Primárias Advindas de PPP (IV)	-	-	0,000%	0,00%	-	-	0,000%	0,00%	-	-	0,000%	0,00%
Despesas Primárias Geradas por PPP (V)	-	-	0,000%	0,00%	-	-	0,000%	0,00%	-	-	0,000%	0,00%
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV) - (V)	-	-	0,000%	0,00%	-	-	0,000%	0,00%	-	-	0,000%	0,00%

Fonte: Sistema <Nome>. Unidade Responsável <Nome>. Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hh:mm>

O Demonstrativo de Metas Anuais objetiva estabelecer as metas para o triênio compreendendo o ano de vigência da LDO e os dois subsequentes, abrangendo a Receita e Despesa Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal e Dívida Pública, visando atender a disposição contida no art. 4º, § 1º da LRF.

Para melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:

- 1 - as receitas primárias correspondem às receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda, remuneração de depósitos e outras receitas de valores mobiliários), operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de ativos;
- 2 - as despesas primárias correspondem ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida, aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.
- 3 - o resultado primário corresponde à diferença entre as receitas primárias e despesas primárias evidenciando o esforço fiscal do Município;
- 4 - o resultado nominal representa a diferença entre o saldo previsto da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior;
- 5 - a dívida pública consolidada é o montante apurado das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados; as assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento; dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;
- 6 - a dívida Consolidada Líquida - DCL - corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Premissas e Metodologia Utilizadas:

- 1 - Os parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração das estimativas constantes no Anexo de Metas Fiscais são relacionados na Tabela 01. Os números estão apresentados de duas formas. Em moeda corrente e em valores constantes (sem inflação). Esses indicadores foram utilizados na composição da estimativa de receita que considerou a média de arrecadação, em cada fonte, tomando por base as receitas arrecadadas nos últimos três exercícios (2014, 2015 e 2016) e os valores reestimados para o exercício atual (2017), além das premissas consideradas como verdadeiras e relacionadas, por exemplo, ao índice de inflação, crescimento do PIB, atualização da planta de valores do IPTU, ampliação do perímetro urbano da cidade, políticas de combate à evasão e à sonegação fiscal, comportamento das receitas oriundas de transferências da União e do Estado, dentre outros.
- 2 - Em relação às despesas correntes, foram considerados os parâmetros de inflação, crescimento vegetativo e aumento real, quando cabível, das despesas de custeios. Em relação aos investimentos, além da inflação, considerou-se a estimativa de crescimento real dessas despesas em nível que viabilize a sua expansão a fim de garantir, precipuamente, a conclusão dos projetos em andamento demonstrados no Anexo IV. Asseguraram-se, ainda, os recursos para pagamento das obrigações decorrentes de juros e amortização da dívida pública.
- 3 - No tocante às despesas com pessoal, em específico, foi considerado o provável efeito da revisão geral anual prevista na Constituição da República, o crescimento vegetativo da folha salarial e eventual aumento acima dos níveis inflacionários.
- 4 - Considera-se o PIB e o IPCA como as principais variáveis para explicar o crescimento nominal das receitas, visto que boa parte das receitas tributárias e não tributárias, bem como as transferências constitucionais e legais acompanham o ritmo das atividades econômicas de âmbito nacional. Assim, para os exercícios de 2018, 2019 e 2020, considerou-se um crescimento do Produto Interno Bruto nacional de 2%, 3% e 4% e das taxas de inflação (IPCA), de 6%, 7% e 7%, respectivamente, cujas projeções decorrem do sistema de expectativa de mercado, segundo informações do site do Banco Central do Brasil, verificadas em 22/08/2017.
- 5 - Outro ponto importante a ser destacado é que a receita do Município, conforme estabelece o § 3º, do art. 1º da Lei Complementar nº 101/00, compreende as receitas de todos os órgãos da Administração Pública Municipal, inclusive as receitas intraorçamentárias.
- 6 - Em relação ao cálculo do Resultado Primário e do Resultado Nominal, considerou a metodologia estabelecida na Portaria STN nº 403/2016e suas alterações. Os resultados primários previstos para os três exercícios são considerados suficientes para manutenção do equilíbrio fiscal. Cabe ponderar que, nos termos do art. 2º da LDO, o resultado primário poderá ser revisado por ocasião da elaboração da Lei Orçamentária Anual ou durante o exercício de 2018. O resultado nominal reflete a variação do endividamento fiscal líquido entre as datas referidas.
- 7 - Na estimativa do montante da dívida consolidada para 2018, 2019 e 2020, utilizou-se, como parâmetros a previsão da média anual para a taxa de juros SELIC, de 10,25%, 10,50% e 10%, segundo informações do site do Banco Central do Brasil.
- 8 - Já na apuração do montante da dívida líquida, os valores das Disponibilidades Financeiras foram calculados levando-se em consideração a estimativa da posição em 31/12/2017, projetando-se os valores futuros com base nos percentuais médios dos valores realizados no ano anterior.



Município de : QUINZE DE NOVOEMBRO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS - RPPS
 EXERCÍCIO DE 2018

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2018			2019			2020		
	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB
	Corrente	Constante	(a / PIB) x 100	Corrente	Constante	(b / PIB) x 100	Corrente	Constante	(c / PIB) x 100
Receita Total RPPS	3.296.504,5	3.160.901,87	0,001%	3.539.623,27	3.253.158,0	0,001%	3.819.660,43	3.366.124,80	0,001%
Receitas Primárias RPPS (I)	1.566.351,9	1.501.919,63	0,000%	1.689.247,88	1.552.535,3	0,000%	1.841.853,00	1.623.156,60	0,000%
Despesa Total RPPS	3.296.504,5	3.160.901,87	0,001%	3.539.623,27	3.253.158,0	0,001%	3.819.660,43	3.366.124,80	0,001%
Despesas Primárias RPPS (II)	6	8	0,001%	8	8	0,001%	3.819.660,43	3.366.124,80	0,001%
Resultado Primário RPPS (I – II)	-1.730.152,5	-1.658.982,24	0,000%	-1.850.375,39	-1.700.622,6	0,000%	-1.977.807,4	-1.742.968,20	0,000%

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário, possibilitando o acompanhamento individualizado do resultado primário do Tesouro Municipal e do Regime Próprio de Previdência, bem como auxiliar na avaliação do cumprimento das metas fiscais. A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo

Município de : QUINZE DE NOVOEMBRO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DAS METAS DE RESULTADO PRIMÁRIO (EXCLUÍDAS A RECEITAS E DESPESAS DO RPPS)

EXERCÍCIO DE 2018

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2018			2019			Valor Corrente (c)
	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB	
	Corrente	Constante	(a / PIB)	Corrente	Constante	(b / PIB)	
	(a)		x 100	(b)		x 100	
Receita Total	22.266.878,39	21.350.923,76	0,005%	25.065.663,14	23.037.074,35	0,005%	28.040.267,99
Receitas Primárias (I)	21.941.579,75	21.039.006,38	0,005%	24.719.300,09	22.718.742,81	0,005%	27.671.644,37
Despesa Total	22.266.878,39	21.350.923,76	0,005%	25.065.663,14	23.037.074,35	0,005%	28.040.267,99
Despesas Primárias (II)	22.140.814,38	21.230.045,43	0,005%	24.934.140,55	22.916.196,02	0,005%	27.903.103,09
Resultado Primário (I – II)	199.234,62	191.039,05	0,000%	214.840,46	197.453,21	0,000%	231.458,72

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário.

Os valores acima identificados, representam as metas de receitas, despesas e resultado primário do Tesouro Municipal (Excetuada as receitas e despesas previdenciárias).

A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais consolidado.

R\$ 1,00	
2020	
Valor	% PIB
Constante	(c / PIB)
	x 100
24.710.846,20	0,005%
24.385.991,90	0,005%
24.710.846,20	0,005%
24.589.967,87	0,005%
- 203.975,97	0,000%
ias).	

Município de : QUINZE DE NOVOEMBRO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
 EXERCÍCIO DE 2018

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º,

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2016 (a)	% PIB	% RCL	II-Metas Realizadas em 2016 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	21.800.000,00	0,006%	121,02%	21.859.230,80	0,006%	121,35%	59.230,80	0,27%
Receita Primárias (I)	19.300.000,00	0,005%	107,14%	19.338.628,80	0,005%	107,35%	38.628,80	0,20%
Despesa Total	19.400.000,00	0,005%	107,69%	19.420.361,00	0,005%	107,81%	20.361,00	0,10%
Despesa Primárias (II)	19.400.000,00	0,005%	107,69%	19.420.361,00	0,005%	107,81%	20.361,00	0,10%
Resultado Primário (I-II)	100.000,00	0,000%	-0,56%	81.732,20	0,000%	-0,45%	18.267,80	-18,27%
Resultado Nominal	47.094,00	0,000%	0,26%	-	0,000%	0,00%	47.094,00	-100,00%
Dívida Pública Consolidada	700.000,00	0,000%	3,89%	700.000,00	0,000%	3,89%	-	0,00%
Dívida Consolidada Líquida	-	0,000%	0,00%	-	0,000%	0,00%	-	-

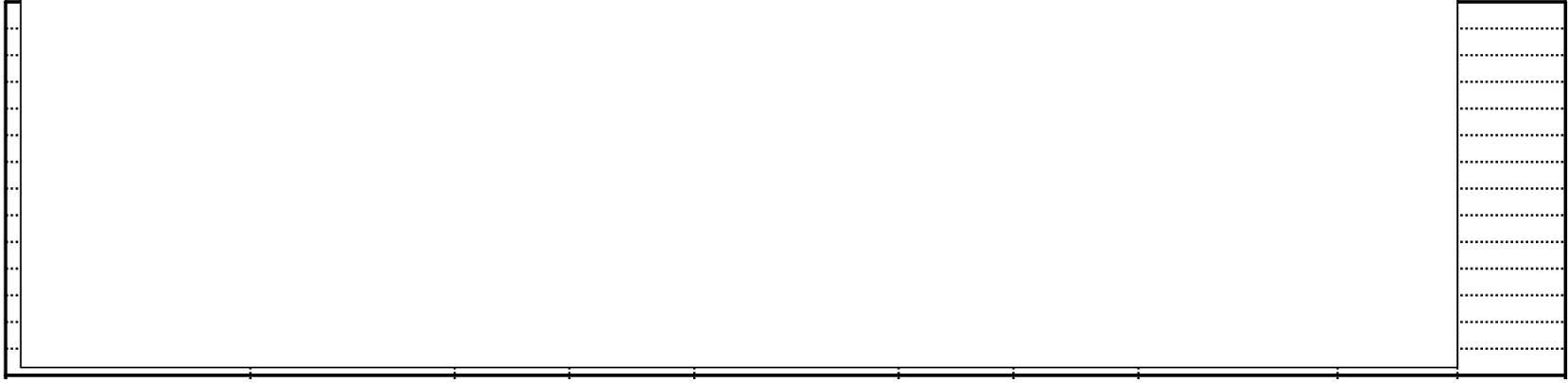
FONTE: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO (2016), incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.

Assim, conforme demonstrado em audiência pública de avaliação das metas fiscais relativas ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2016 (art. 9º, § 4º da LRF), o resultado primário, principal indicador de sustentabilidade fiscal do setor público, ficou em R\$ 47.094,00, valor superior à meta estabelecida. O desempenho verificado demonstra que o ingresso das receitas primárias (não financeiras) foi capaz de suportar o total das despesas primárias (não financeiras) do exercício.

Em parte, esse resultado é em decorrência do desempenho favorável apresentado pela receita, tendo sido fortemente condicionado pelo comportamento das receitas correntes, que apresentaram um incremento em relação ao valor consignado no orçamento.

A dívida consolidada totalizou R\$ 700.000,00, valor igual ao saldo estimado para o exercício.



Município de : QUINZE DE NOVBRO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
EXERCÍCIO DE 2018

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES									
	2015	2016	Variação %	2017	Variação %	2018	Variação %	2019	Variação%	2020
Receita Total	18.132.092,89	21.800.000,00	20,23%	-	-100,00%	25.563.382,95	0	28.605.286,41	11,90%	31.859.928,42
Receitas Primárias (I)	17.500.000,00	19.300.000,00	10,29%	-	-100,00%	23.507.931,74	0	26.408.547,98	12,34%	29.513.497,36
Despesa Total	16.684.182,00	19.400.000,00	16,28%	-	-100,00%	25.563.382,95	0	28.605.286,41	11,90%	31.859.928,42
Despesas Primárias (II)	16.650.000,00	19.400.000,00	16,52%	-	-100,00%	25.437.318,94	0	28.473.763,83	11,94%	31.722.763,52
Resultado Primário (I – II)	850.000,00	100.000,00	-111,76%	-	-100,00%	1.929.387,20	0	2.065.215,85	7,04%	2.209.266,15
Resultado Nominal	-	47.094,00	0	-	-100,00%	#DIV/0!	0	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Dívida Pública Consolidada	-	700.000,00	0	-	-100,00%	631.755,99	0	553.553,61	-12,38%	462.942,56
Dívida Consolidada Líquida	-	-	0	-	0	201.577,35	0	390.890,84	93,92%	462.983,37

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES									
	2015	2016	Variação %	2017	Variação %	2018	Variação %	2019	Variação %	2020
Receita Total	19.968.342,45	22.586.980,00	13,11%	-	-100,00%	24.511.825,63	-	26.290.232,43	7,26%	28.076.971,00
Receitas Primárias (I)	19.272.237,07	19.996.730,00	3,76%	-	-100,00%	22.540.926,01	-	24.271.278,20	7,68%	26.009.148,50
Despesa Total	18.373.800,62	20.100.340,00	9,40%	-	-100,00%	24.511.825,63	-	26.290.232,43	7,26%	28.076.971,00
Despesas Primárias (II)	18.336.156,99	20.100.340,00	9,62%	-	-100,00%	24.390.947,30	-	26.169.354,10	7,29%	27.956.092,67
Resultado Primário (I – II)	936.080,09	103.610,00	-111,07%	-	-100,00%	1.850.021,28	-	1.898.075,90	2,60%	1.946.944,17
Resultado Nominal	-	48.794,09	-	-	-100,00%	#DIV/0!	-	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Dívida Pública Consolidada	-	725.270,00	-	-	-100,00%	605.768,52	-	508.753,97	-16,02%	407.974,07
Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	193.285,40	-	359.255,66	85,87%	408.010,04

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

Este demonstrativo tem por objetivo avaliar as metas previstas para o exercício da LDO (2018), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2015, 2016 e 2017), bem como para os dois seguintes (2019 e 2020), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2015, 2016 e 2017 foram atualizados pelas respectivas Leis Orçamentárias Anuais. Já os valores da previsão do Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, foram extraídos dos anexos de metas fiscais das respectivas LDO.

Já em relação às previsões para os exercícios de 2018, 2019 e 2020, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo de Metas Anuais, referido no art. 2º, inciso I, do Projeto de Lei de LDO, evidenciando, assim, a sua consistência.

Município de : QUINZE DE NOVOEMBRO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 EXERCÍCIO DE 2018

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	%	2015	%	2014	%
Patrimônio/Capital	13.562.146,53	66,87%	13.203.593,00	97,36%	13.203.593,00	100,00%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	6.717.826,65	33,13%	358.553,53	2,64%	-	0,00%
TOTAL	20.279.973,18	100,00%	13.562.146,53	100,00%	13.203.593,00	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	%	2015	%	2014	%
Patrimônio/Capital	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

CONSOLIDAÇÃO GERAL

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	%	2015	%	2014	%
Patrimônio/Capital	13.562.146,53	66,87%	13.203.593,00	97,36%	13.203.593,00	100,00%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	6.717.826,65	33,13%	358.553,53	2,64%	-	0,00%
TOTAL	20.279.973,18	100,00%	13.562.146,53	100,00%	13.203.593,00	100,00%

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

O presente demonstrativo visa a demonstrar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição da LDO (2014, 2015 e 2016), cumprindo, dessa forma, o disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LRF.

Nesse sentido, é preciso enfatizar que o Município segue as normas da Lei 4.320/64, não apresentando seu balanço as nomenclaturas previstas na Lei 6.404/76. Assim, em vez de "Resultado Acumulado", o Município utiliza a nomenclatura de "Superávit ou Déficit do Exercício".

O Sistema de Previdência, por força da Lei Municipal, está sobre a gestão do Fundo do FAPS, sendo que seus registros contábeis estão em conformidade com as Normas do Ministério da Previdência Social e apartados das demais contas do

contabeis estas em conformidade com as Normas do Conselho da Previdência Social e apartados das demais contas do Município.

Em termos consolidados, a evolução do Patrimônio Líquido do Município, nos últimos três exercícios, demonstrada para o período de 2014 a 2016, aponta que o saldo patrimonial aumentou.

Ainda, conforme pode ser observado, o Município encerrou as contas de 2016 superavit.

Município de : QUINZE DE NOVOEMBRO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
 EXERCÍCIO DE 2018

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)			
			R\$ 1,00
RECEITAS REALIZADAS	2016	2015	2014
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2014			
RECEITAS DE CAPITAL	-	45.250,00	28.557,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	-	45.250,00	28.557,00
Alienação de Bens Móveis	-	45.250,00	28.557,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienaç de Bens			
TOTAL	-	45.250,00	28.557,00
DESPESAS EXECUTADAS	2016	2015	2014
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	61.056,56	-	-
Investimentos	61.056,56		
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio dos Servidores Públicos			
TOTAL	61.056,56	-	-
SALDO FINANCEIRO			
	12.750,44	73.807,00	28.557,00

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2014, 2015 e 2016).

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital

Município de : QUINZE DE NOVENBRO			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS			
ANEXO DE METAS FISCAIS			
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS			
EXERCÍCIO DE 2017			
AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")			R\$ 1,00
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
PLANO PREVIDENCIÁRIO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2016	2015	2014
RECEITAS CORRENTES (I)			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Civil	502.976	429.849	
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Em Regime de Parcelamento de Débitos			
Receita Patrimonial	1.565.067	887.909	
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Demais Receitas Correntes Intra	781.204	691.341	
RECEITAS DE CAPITAL (II)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			

Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIARIAS RPPS - (III) = (I + II)	2.849.247	2.009.101	
DESPESAS PREVIDENCIARIAS - RPPS	2016	2015	2014
ADMINISTRAÇÃO (IV)			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA (V)	937.020	704.749	
Benefícios - Civil	923.598	692.709	
Aposentadorias	727.458	551.113	
Pensões	196.140	141.596	
Outros Benefícios Previdenciários			
Benefícios - Militar			
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias	13.422	12.039	
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias	13.422	12.039	
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIARIAS RPPS (VI) = (IV + V)	937.020	704.749	
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	1.912.227	1.304.351	
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			
VALOR			
RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS	2016	2015	2014
VALOR	642.818		
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO	2016	2015	2014
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outros Aportes para o RPPS			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
BENS E DIREITOS DO RPPS	2016	2015	2014
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.319	25.504	
Investimentos e Aplicações	10.759.194	8.821.426	
Outro Bens e Direitos			

PLANO FINANCEIRO			
RECEITAS PREVIDENCIARIAS - RPPS	2016	2015	2014
RECEITAS CORRENTES (VIII)	781.204	691.341	
Receita de Contribuições dos Segurados			
Civil			
Ativo	377.929	375.396	
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Em Regime de Parcelamento de Débitos			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes	403.275	315.945	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Demais Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (IX)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIARIAS RPPS - (X) = (VIII + IX)	781.204	691.341	
DESPESAS PREVIDENCIARIAS - RPPS	2016	2015	2014
ADMINISTRAÇÃO (XI)			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
PREVIDENCIA (XII)			

Benefícios - Civil			
Aposentadorias			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Benefícios - Militar			
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIARIAS RPPS (XIII) = (XI + XII)			
RESULTADO PREVIDENCIARIO (XIV) = (X - XIII)			
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	2016	2015	2014
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES			
EXERCÍCIO	Receitas	Despes	Resultado
			Saldo Financeiro
FONTE: Sistema <sistema>, Unidade Responsável: <Unidade Responsável>. Emissão: <dd/mm/aaaa>, às <hh:mm:ss>. Assinado Digitalmente no dia <dd/mm/aaaa>, às <hh:mm:ss>.			
<p>Este demonstrativo, visa a atender o estabelecido no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea “a”, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o qual determina que o Anexo de Metas Fiscais conterà a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdenciados Servidores– RPPS.</p> <p>Os dados acima apresentados tem como base o Anexo V – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdenciados Servidores, publicado no Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO do último bimestre dos exercícios financeiros de 2014, 2015 e 2016, respectivamente.</p>			

Município de : QUINZE DE NOVENBRO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
 EXERCÍCIO DE 2018

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2018	2019	2020	
Nada declarar				-	-	
				-	-	Vide Obsevação
				-	-	abaixo
				-	-	
				-	-	
				-	-	
				-	-	
TOTAL			-	-	-	-

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mm>

Obs: 1 - Os valores da renúncia para 2018 foram previstos de acordo com informações do setor tributário

da Prefeitura Municipal

2 - Os valores da renúncia projetados para 2019 e 2020, foram claculados a partir dos valores de 2018, apli
 cando-se, sobre eles, as projeções de inflação para os referidos exercicios a saber:

Inflação para 2019: 4,33%

Inflação para 2020: 4,29%

Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os tributos que serão objeto de renúncia fiscal de receita, identificando seus valores nos exercicios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Conforme os arts. 13, 54 e 55 do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, a estimativa de renúncia de receita deverá estar inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.

Dessa forma, fica observado o atendimento do disposto no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais.

Consequentemente, as renúncias contempladas nesse demonstrativo não precisarão ser compensadas, pois a compensação já estará ocorrendo no âmbito do processo orçamentário de estimativa das respectivas receitas.

Município de : QUINZE DE NOVEMBRO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
 EXERCÍCIO DE 2018

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)		R\$ 1,00
EVENTO	Valor Previsto 2018	
Aumento Permanente da Receita	(15.548,22)	
Decorrente de Receitas Tributárias	63.931,14	
Decorrente de Transferências Correntes	(79.479,36)	
(-) Transferências Constitucionais	-	
(-) Transferências ao FUNDEB	133,55	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	(15.414,68)	
Redução Permanente de Despesa (II)	-	
Margem Bruta (III) = (I+II)	(15.414,68)	
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)		
Novas DOCC	(821.986,69)	
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	(257.145,39)	
Relativas a Outras Despesas Correntes	(564.841,30)	
Novas DOCC geradas por PPP	-	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-	806.572,01	

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora d

A Demonstração da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado visa a assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento.

Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, assim entendida aquela derivada de lei, contrato, ou ato normativo que fixe a obrigatoriedade de execução por um período superior a dois exercícios, cumprindo, dessa forma, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Desse modo, para estimar o aumento permanente das receitas em 2018 considerou-se o incremento real, ou seja, a diferença entre os valores estimados a preços constantes das receitas tributárias e de transferências correntes, no biênio 2017-2018.

Na mesma linha, o aumento permanente das despesas de caráter obrigatório que terão impacto em

Na mesma linha, o aumento permandentedas despesas de caráter obrigatórioque terão impacto em 2018, foi calculado pela diferença a valores constantes, observadano biênio 2017-2018nos grupos de natureza de despesa "Pessoal" e "Outras Despesas Correntes", chegando-se, assim, ao saldo da margem líquida de expansão.

Caso necessário, a Margem Líquida de Expansão acima demonstrada, será utilizada, pelo Poder Executivo, como forma de compensação do aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado não previstas no orçamento, observadoo disposto no art. 17 da LDO.

Município de : QUINZE DE NOVOEMBRO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
 EXERCÍCIO DE 2018

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2018
Aumento Permanente da Receita	
Decorrente de Receitas Tributárias	
Decorrente de Transferências Correntes	
(-) Transferências ao FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Impacto de Novas DOCC	
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	
Relativas a Outras Despesas Correntes	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	-
Fonte:	

Declaramos para os devidos fins, que a expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, no exercício financeiro de 2018, adequar-se-ão às receitas do Município.

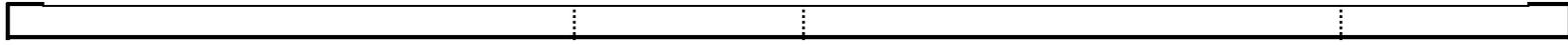
Município de : QUINZE DE NOVOEMBRO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
 EXERCÍCIO DE 2018

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	50.000,00	Abertura de Créditos Adicionais	100.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas	50.000,00		
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL	100.000,00	SUBTOTAL	100.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação			
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	-	SUBTOTAL	-
TOTAL	100.000,00	TOTAL	100.000,00

O Anexo de Riscos fiscais tem por objetivo especificar eventuais riscos que possam impactar negativamente nas contas públicas, indicando de forma preventiva as providências a serem tomadas caso as situações acima descritas venham a ocorrer, cumprindo desta forma o disposto no art. 4º, § 3º da LRF.



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2018

ANEXO III - METAS E PRIORIDADES

PROGRAMA:

OBJETIVO:

TIPO (*)	Ação Produto	Unidade de Medida		2018
			Meta Física Valor	
TOTAL DO PROGRAMA →				

(*) Tipo: P – OE – Operação Especial NO – Não-orçamentária

